

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

LUIS CARLOS CANTANHEDE SANTOS JUNIOR

O MUTUALISMO NO NORTE DO BRASIL: um estudo sobre as sociedades de socorros mútuos no Maranhão Republicano (1889/1930)

SÃO LUÍS – MA

2022

LUIS CARLOS CANTANHEDE SANTOS JUNIOR

O MUTUALISMO NO NORTE DO BRASIL: um estudo sobre as sociedades de socorros mútuos no Maranhão Republicano (1889/1930)

Monografia apresentada ao curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Elizabeth Sousa Abrantes

SÃO LUÍS – MA

2022

Santos Júnior, Luis Carlos Cantanhede.

O mutualismo no norte do Brasil: um estudo sobre as sociedades de socorros mútuos no Maranhão Republicano (1889/1930) / Luis Carlos Cantanhede Santos Júnior. – São Luís, 2022.

53 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

LUIS CARLOS CANTANHEDE SANTOS JUNIOR

O MUTUALISMO NO NORTE DO BRASIL: um estudo sobre as sociedades de socorros mútuos no Maranhão Republicano (1889/1930)

Monografia apresentada ao curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elizabeth Sousa Abrantes

BANCA EXAMINADORA

Elizabeth Sousa Abrantes

Prof^a. Dr^a. Elizabeth Sousa Abrantes (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Júlia Constança P. Camêlo

Prof^a. Dr^a. Júlia Constança Pereira Camêlo
Universidade Estadual do Maranhão

Bianca Trindade Messias

Prof^a. Me. Bianca Trindade Messias
Universidade Estadual do Maranhão

SÃO LUÍS – MA

2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me proporcionado a vida. Mas também tenho o dever de lembrar o quanto algumas pessoas foram fundamentais na minha vida e formação acadêmica até agora.

Agradeço aos meus avós, Maria da Conceição Cantanhede Santos e Adejair dos Santos que não estão mais aqui, mas sempre estarão vivos na minha memória, assim como um grande amigo e companheiro, meu tio Eduardo. Nos momentos de solidão, lembro-me deles e como foram carinhosos comigo, queria que vocês estivessem aqui. Tudo que eu faço é por vocês.

Agradeço a minha tia Kesia Cantanhede, por ter me incentivado ao estudo e por sempre acreditar em mim.

A minha família de artesãos (oleiros) da cidade de Rosário onde pude ter contato com o meio trabalhista e associativista. Com muita luta, essas pessoas mantêm viva a cultura daquele local; o destino não poderia ser mais caprichoso comigo.

Agradeço aos professores do curso de História Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão por dedicarem boa parte do seu tempo para proporcionar uma estrutura e aulas de qualidades para formação de futuros profissionais de História. Agradeço muito a minha professora orientadora Professora Doutora Elizabeth Sousa Abrantes pela grande oportunidade de ser bolsista PIBIC durante dois anos, agradeço muito sua paciência, compreensão e ensinamentos durante a graduação, seja ministrando aulas, seja pelas orientações nesta monografia.

Não posso nunca deixar de agradecer a minha namorada Mizalene Silva da Silva e sua família por ter me ajudado em um dos momentos mais difíceis da minha vida, obrigado de coração.

“A situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo” [...].

(Friedrich Engels)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: ANÁLISE DO CONTEXTO SOCIAL E TRABALHISTA BRASILEIRO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889–1930)	15
1.1 Formação da Classe Trabalhadora no Brasil.....	15
1.2 A Imigração e Sua Relevância Para a Formação do Operariado no Brasil.....	17
1.3 A Complexa Relação de Substituição da Mão de Obra Escrava para Mão de Obra Livre.....	19
CAPÍTULO 2: ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO NO MARANHÃO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA	26
2.1 Lei Elói Chaves.....	27
2.2 Associações Profissionais e Sindicatos no Brasil.....	28
2.3 Associações Profissionais no Maranhão.....	30
2.3.1 Força Associativa Feminina no Maranhão (Associação dos Professores Normalistas no Maranhão).....	32
2.4 Mulheres, Trabalho e Regulação do Trabalho Feminino.....	34
CAPÍTULO 3: DISCUTINDO SOBRE MUTUALISMO E AS SOCIEDADES BENEFICENTES NO MARANHÃO DURANTE A REPÚBLICA VELHA, SUAS DINÂMICAS SOCIAIS, TRABALHISTAS E CULTURAIS	37
3.1 Mutualismo.....	38
3.1.1 Mútuas no Brasil, Discussões e Apresentação de Dados.....	40
3.2 Sociedades Mutuárias no Maranhão.....	43
3.2.1 Mulheres nas Sociedades Mútuas do Maranhão.....	45
3.2.2 Sociedade Beneficente Maranhense.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51
Fontes Primárias	51
Bibliografia	51

RESUMO

As associações mútuas existentes durante os últimos anos do século XIX e as primeiras três décadas do século XX no Brasil possibilitaram a sobrevivência de muitos trabalhadores (as). Desse modo, entender a construção da classe trabalhadora brasileira em um momento de profundas transformações em diversos setores, como o econômico, social e político, possibilita-nos perceber esses processos de mudanças sob um olhar mais crítico, bem como atentar para a movimentação dos trabalhadores(as) associados(as) no Maranhão durante o período Republicano. No Estado brasileiro republicano prevalecia a necessidade de “branqueamento” da população e a exclusão do negro como força de trabalho formal em um sistema de lucro e crescente capital industrial. A presente monografia possui o objetivo de analisar o fenômeno do mutualismo brasileiro, por meio da ótica das associações mutuárias maranhenses durante a Primeira República, além das relações sociais e culturais, assim produzindo um banco de dados sobre essas associações. Foram utilizados nessa pesquisa qualitativa leituras e fichamentos da literatura sobre a temática em questão, com base na fundamentação teórica da história social do trabalho. Assim, obtivemos os resultados recorrendo a análises de diversos estatutos e documentos referentes a associações mútuas e a classe trabalhadora brasileira e maranhense. Portanto, neste trabalho, entende-se a complexidade da temática escolhida e como essas associações foram de grande relevância para a permanência e sobrevivência de trabalhadores e trabalhadoras antes mesmo de uma legislação com capacidade de abranger seus anseios.

Palavras-chave: Mutualismo. Relações Trabalhistas. Primeira República. Organizações Operárias.

ABSTRACT

The mutual associations that existed during the last years of the 19th century and the first three decades of the 20th century in Brazil made it possible for many workers to survive. In this way, understanding the construction of the Brazilian working class at a time of profound transformations in various sectors, such as the economic, social and political sectors, allows us to perceive these processes of change from a more critical perspective, as well as pay attention to the movement of workers associates in Maranhão during the Republican period. In the republican Brazilian State, the need to “whiten” the population and exclude blacks as a formal workforce in a system of profit and growing industrial capital prevailed. The present monograph has the objective of analyzing the phenomenon of Brazilian mutualism, through the perspective of the borrowing associations of Maranhão during the First Republic, in addition to social and cultural relations, thus producing a database on these associations. In this qualitative research, readings and records of the literature on the subject in question were used, based on the theoretical foundation of the social history of work. Thus, we obtained the results resorting to analyzes of different statutes and documents referring to mutual associations and the Brazilian and Maranhão working class. Therefore, in this work, the complexity of the chosen theme is understood and how these associations were of great relevance for the permanence and survival of male and female workers even before legislation capable of covering their desires.

key words: Mutualism. Working relationships. First Republic. Workers' Organizations.

LISTA DE TABELAS

Tabela I - Quantitativo de Sociedades Mútuas no Brasil, entre os anos de 1917/1942.....	39/40
Tabela II - Primeiras Sociedades Mútuas do Maranhão (1871 a 1928).....	42

INTRODUÇÃO

O pesquisador Rafael Almeida Cruz (2015, p.14) afirma que “Definir o mutualismo não é tarefa das mais fáceis, tendo em vista a complexidade que envolve esse fenômeno”. Explicando de uma forma bem simples, o mutualismo surge como uma prática voluntária, de depósitos de um determinado valor pré-estabelecido por regras das associações, que em algum momento o valor depositado poderá ser retirado pelos seus associados, ascendentes e descendentes.

Tendo como temática *O MUTUALISMO NO NORTE DO BRASIL: um estudo sobre as sociedades de socorros mútuos no Maranhão Republicano (1889/1930)*, elaboramos as seguintes problemáticas da pesquisa: Como os trabalhadores conseguiram se organizar e sobreviver sem um assistencialismo do Estado antes da consolidação das leis trabalhistas? Qual a importância do Estado Republicano para formação da classe trabalhadora brasileira? Quais as dificuldades para a formação e organização de trabalhadores negros (as) após o fim do modelo econômico baseado na mão de obra escrava? Qual o papel das Mútuas para a classe trabalhadora? Quais as relações sociais existentes nessas organizações de ajuda mútua?

O presente trabalho tem por finalidade abordar a temática Mutualista brasileira dentro da ótica das associações maranhenses durante a Primeira República (1889/1930), assim como pretendemos apresentar as mudanças ocorridas na sociedade brasileira em relação às organizações Mutualistas, apresentar como as relações sociais dentro das Mútuas vão além das questões trabalhistas e catalogar documentos que abordem mutualismo, previdência pública no contexto da realidade maranhense a fim de constituir um banco de dados sobre o tema.

A escolha do tema da pesquisa está profundamente marcada pelo contato acadêmico com a temática do “Estado de Bem-estar Social no Brasil¹”. Atualmente vemos o completo sucateamento das políticas de proteção social pelo governo de extrema direita, neoliberal, do presidente Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL). Dessa forma, para percebermos como os trabalhadores vão resistir mais uma vez com poucos recursos financeiros e diversos casos de

¹Durante a década de 1930 nasce a base do sistema de proteção social brasileiro, tendo como característica o governo autoritário de Getúlio Vargas, com o objetivo de regular a organização dos trabalhadores da época, utilizando-se do poder de reduzir a legitimidade dos líderes trabalhistas em suas manifestações. Por tanto, o governo autoritário de Vargas vai dar o gatilho para a modernização brasileira, trazendo consigo o nosso sistema de proteção social esquematizado para uma parte dos trabalhadores (BENEVIDES, 2011, p. 62).

falta de proteção ou direitos fornecidos pelo Estado, assim é preciso voltar a uma época em que a classe trabalhadora não tinha proteção social e nenhuma garantia de qualidade de existência.

Durante dois anos de pesquisa possibilitados pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC - FAPEMA), sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Elizabeth Sousa Abrantes (UEMA), analisamos o processo de desenvolvimento do Estado de Bem-estar Social em países ocidentais pós-segunda guerra mundial, principalmente observando como as mulheres mais bem qualificadas puderam se beneficiar de algumas políticas públicas e, assim, terem acesso a previdência, como também acesso a serviços públicos e ao emprego público.

Um das principais motivações para a escolha da temática foi o interesse de estudar sobre política, trabalho e luta de classe, compreender o mundo do trabalho e, principalmente, perceber durante a pesquisa de Iniciação Científica como os trabalhadores (as) brasileiros (as) sobreviveram com a falta de proteção do Estado.

A presente monografia possui grande relevância e contribuição para o entendimento a respeito do Mutualismo, já que com ela podemos perceber a relação do trabalho e a sociedade brasileira da época em questão. Durante muito tempo as associações mútuas foram vinculadas aos movimentos sindicais brasileiros, entretanto, podemos ver na historiografia atual uma nova visão e interpretação sobre essas sociedades.

Dessa forma, é importante destacar que as mútuas se diferenciam dos sindicatos, pois essas não eram espaços de reivindicações da classe trabalhadora. Os estudos recentes também rompem com a ideia de que as mútuas antecedem os sindicatos brasileiros. Os trabalhadores procuravam nessas instituições proteção social (VISCARDI, 2010, p. 33). Mas é preciso alertar que não eram entidades passivas, também participavam das reivindicações trabalhistas de várias maneiras, direta ou indiretamente.

Esse trabalho pretende ajudar a diminuir a lacuna existente na quantidade de pesquisas sobre o mutualismo entre a região Sul e Norte do Brasil, já que a grande parte das pesquisas sobre a temática encontra-se na região Sul-Sudeste do país (VISCARDI, 2010, p. 26).

As condições para o surgimento da prática do Mutualismo no Brasil estão relacionadas à inexistência de uma legislação trabalhista e previdenciária², capaz de organizar e dar assistência a toda uma classe de trabalhadores, que estava convivendo com as mazelas do desemprego, doenças, acidentes de trabalho e os poucos que chegavam à velhice não tinham uma seguridade de vida, esse cenário ajudou a dar certa longevidade às sociedades Mútuas no Brasil (CASTELLUCCI, 2010, p. 42).

Durante os primeiros anos da República, observamos uma grande mudança na estruturação social brasileira. Dentro desse contexto da virada da monarquia para a República, e do escravismo para o trabalho livre, é possível acompanhar o abandono total da classe trabalhadora e, com isso, muitos sujeitos ex-escravizados procuraram as mútuas e sociedades beneficentes para se proteger.

Um dos pontos fundamentais da pesquisa é analisar a sociedade brasileira da época, composta em sua grande maioria de recém-libertos, filhos e netos de sujeitos escravizados, os quais por muito tempo ficaram na condição de negação total de vida. Assim, vamos observar em algumas fontes³ pesquisadas que essas organizações poderiam ser constituídas por negros, pessoas pobres e por diversos segmentos de trabalhadores e organizações sociais.

O estudo tem como referências teóricas os pressupostos da história social, mais especificamente da história do trabalho, e das relações culturais e sociais, a fim de explicar as assimetrias nas dinâmicas dessas sociedades. Parte do trabalho de pesquisa que compõe esta monografia foi desenvolvida durante os anos de 2020/2021 onde nos encontrávamos em um momento delicado durante a Pandemia do Covid19. Nesse momento as plataformas e ferramentas digitais foram de fundamental importância para o desenvolvimento dos trabalhos, acesso ao Google Acadêmico, aos acervos digitais da Biblioteca Pública Benedito Leite e ao Arquivo Público do Maranhão, garantindo o desenrolar inicial da pesquisa. Foram encontrados estatutos das associações mutualistas do Maranhão e associações profissionais e textos que trabalham a temática do mutualismo, associativismo e sindicalismo no Brasil e Maranhão.

² DECRETO Nº 4.682 DE 24 de janeiro de 1923, também conhecido como a Lei Eloy Chaves vai se caracterizar como a primeira lei da previdência brasileira, assim permitindo aposentadoria aos 50 anos de idade para trabalhadores da estrada de ferro.

³ A Sociedade Mutuária anexa a Irmandade Gloriosa São Benedito (1901) tinha a presença de mulheres e negros entre seus associados.

Com a possibilidade de pesquisa aos acervos físicos das instituições de pesquisa na cidade de São Luís, conseguimos encontrar estatutos dentro dos diários oficiais do estado do Maranhão e notícias referentes a algumas associações profissionais. As análises dessas fontes foram importantes na construção desta monografia.

No primeiro capítulo vamos apresentar a formação social e trabalhista brasileira durante a primeira República, como se configura a transição das estruturas sociais pós-abolição e pós-Proclamação da República. No segundo capítulo vamos observar as organizações associativas de classe e a formação dos sindicatos aqui no Brasil e Maranhão. Já no terceiro e último capítulo teremos a discussão sobre algumas associações mútuas maranhenses encontradas nessa pesquisa e como no Maranhão essas organizações, assim como em outros lugares do país, apresentam grande possibilidade de luta e resistência por parte dos trabalhadores.

CAPÍTULO 1: ANÁLISE DO CONTEXTO SOCIAL E TRABALHISTA BRASILEIRO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889 – 1930)

Nesse capítulo, vamos abordar a construção social brasileira durante a primeira República. Nesse aspecto, observaremos a formação da classe trabalhadora livre, ou seja, a criação da classe operária moderna, suas organizações e anseios, debatendo a questão da negação da mão de obra negra como força de trabalho e a crescente imigração europeia que configurou a base da composição da classe trabalhadora brasileira.

As mudanças sociais que ocorreram no final do século XIX repercutiram profundamente na formação de uma parte da população brasileira. A escravidão, uma das principais estruturas vigentes, teve fim junto à monarquia. Com a Proclamação da República (1889), as elites beneficiadas com a chegada do federalismo impulsionaram a vinda de milhares de imigrantes de diversos lugares do mundo, criando um palco para formação da complexidade da causa operária no Brasil.

1.1 Formação da Classe Trabalhadora no Brasil

Neste tópico, vamos analisar a construção da classe trabalhadora brasileira durante a transição do período monarquista para a República Federalista que vai até o ano de 1930, assim podemos acompanhar as mudanças das estruturas econômicas que vão ser estabelecidas com o fim da escravidão e do trabalho escravo, a negação desses trabalhadores que de forma compulsória fizeram rodar as engrenagens do capital econômico do Brasil durante mais de 300 anos. Desse modo, é preciso atentar-se ao porquê da crescente imigração europeia ao Brasil, principalmente na região sul e sudeste do país e como isso influenciou a construção de uma identidade de classe trabalhadora.

As associações mútuas existentes no Brasil e no Maranhão mostram exatamente o abandono do Estado por diversos trabalhadores ex-escravizados e filhos de ex-escravizados, que estavam à mercê do jugo social e da própria sorte em um país de elites dominantes preocupadas apenas com suas próprias bases sociais. O associativismo ajudou a proporcionar a esses trabalhadores a dignidade de seguir em frente e lutar por direitos igualitários básicos

de vida. A crítica ao período da Primeira República acerca da “transição” do trabalho escravo para o livre e a formação de uma classe trabalhadora baseada na imigração europeia é alicerçada por vários teóricos.

Assim, a abundante historiografia sobre a “transição”, apesar de sua diversidade, efetua um procedimento comum: pretende estabelecer uma teoria explicativa para a “passagem” do mundo da escravidão (aquele no qual o trabalho foi realizado por seres coisificados, destruídos de tradições pelo mecanismo do tráfico, seres aniquilados pela compulsão violenta da escravidão, para os quais só resta a fuga ou a morte) para o universo do trabalho livre, assalariado (no qual, finalmente, poderíamos encontrar sujeitos históricos). Em sua modalidade mais radical, a historiografia da transição postula a tese da “substituição” do escravo pelo trabalho livre; com o negro escravo desaparecendo da história, sendo substituído pelo imigrante europeu (LARA, 1998, p. 27).

O fato da formação inicial da classe trabalhadora brasileira ter seu início fortemente e comumente relacionado à industrialização e à imigração europeia acaba desqualificando e excluindo a memória de que o Brasil era um país baseado na mão de obra negra:

A maior parte dos autores que tratam da história do trabalho no Brasil costuma iniciar sua análise no final do século XX. Identificada com a história do trabalho livre (assalariado), a história social do trabalho no Brasil contém, em si mesma, um processo de exclusão: nela não figura o trabalhador escravo. Milhares de trabalhadores que, durante séculos, tocaram a produção e geraram a riqueza no Brasil ficam ocultos, desaparecem num piscar de olhos (LARA, 1998, p. 26).

A primeira etapa de formação da classe operária industrial brasileira ocorreu a partir dos últimos anos do século XIX, ligada a um processo de transformações cujo eixo foi a expansão da economia cafeeira. Durante os primeiros anos da República Velha houve o fortalecimento da produção do café para exportação, os grandes latifundiários tornaram-se figuras de grande destaque na política. Assim, as oligarquias dominantes possibilitaram desenvolvimento em setores que potencializariam ganhos aos seus negócios.

As necessidades da economia exportadora, baseada no café, propiciaram profundas modificações no sistema de transportes e nos serviços portuários, desde meados daquele século. À medida que a exportação assumiu proporções consideráveis, gerando um significativo excedente econômico, colocou-se o problema do escoamento da mercadoria para os portos, a baixo custo e em larga escala. Os caminhos precários, percorridos por tropas conduzidas por escravos desviados da atividade das fazendas, foram sendo substituídos pelas vias férreas, que se implantaram como um elo entre as regiões produtoras e os centros exportadores. A rede ferroviária impulsionou em um caso e deu origem em outro à expansão desses centros (FAUSTO, 2016, p. 31).

Com o final do tráfico negreiro e a chegada da abolição, a mão de obra ficou cada vez mais cara e escassa. No início do século XX os produtores latifundiários de café observavam cada vez mais a necessidade de uma nova força de trabalho que desenvolvesse lucros e produção, junto com o seu branqueamento (COGGIOLA, 2020, p. 02).

Uma migração interna de escravos do Nordeste foi uma das tentativas paliativas para se resolver o problema de carência de mão de obra nos florescentes cafezais do Oeste Paulista. Mas o crescimento vegetativo das populações escravas era próximo de zero. Assim, cessando o fornecimento externo por pressões inglesas, o elemento negro nacional passava a ser artigo raro, sendo por esta razão cada vez mais explorado, passaram a exigir de um escravo o trabalho de dois ou três, daí o aumento das rebeliões e fugas em São Paulo, principalmente. A formação de quilombos, as fugas constantes, o aumento da violência de escravos contra as famílias de fazendeiros, os assassinatos e o banditismo promovidos contra os brancos; e o medo constante rondando as classes privilegiadas, foram sintomas desta situação de conflito social que perduraria até a Abolição, em 1888. Foi por esta razão, também, que os setores mais modernos e dinâmicos do Oeste Paulista começaram a ver no trabalho imigrante europeu uma alternativa real ao africano. Em discursos inflamados e repletos das concepções racistas do nobre francês Arthur de Gobineau – amigo pessoal de Dom Pedro II –, pronunciados na Câmara Imperial, no Senado e principalmente na Câmara Provincial de São Paulo, argumentava-se que para a construção de um verdadeiro país seria urgente que houvesse um branqueamento dos trabalhadores: isso só seria possível com o estímulo à imigração de elementos brancos da Europa (COGGIOLA, 2020, p. 02).

A questão racial está diretamente ligada com a exclusão de negros na industrialização do Brasil na virada do século XIX para século XX. Esse ideal de classe operária branca justifica-se pela iniciativa de procura de uma mão de obra barata e explorada dentro de novos contextos, principalmente o urbano como podemos observar:

Por esse motivo, a grande imigração europeia para o Brasil do último quartel do século XIX esteve associada a ideias racistas e “branqueou” parcialmente o país. A mão de obra predominantemente estrangeira se concentrou, sobretudo, no oeste Paulista. Nas regiões cafeeiras de Minas Gerais e do Rio de Janeiro a maioria dos trabalhadores era brasileira (COGGIOLA, 2020, p. 02/03).

A abolição da escravidão não desencadeou falta de mão de obra nas lavouras. Os escravos recém libertos deveriam migrar do campo para procurar trabalho nas cidades, mas isto não aconteceu em maioria dos casos. Muitos fazendeiros perceberam que o fim da escravidão era inevitável e fizeram acordos com os escravos nos quais estes eram alforriados, mas se comprometiam a ficar trabalhando na mesma fazenda com direito a pequenos salários ou em regime de colonato (COGGIOLA, 2020, p. 02/03).

1.2 A Imigração e Sua Relevância Para a Formação do Operariado no Brasil

A importância da imigração na formação do operariado brasileiro não é exagerável e também não pode de maneira alguma ser desconsiderada. Isto porque as estimativas da chegada de imigrantes advindos de diversos países do mundo demonstram o grau de crescimento populacional que o Brasil vivenciou na construção da Primeira República. E o que atraiu essas pessoas? Como podemos considerar essa leva de imigrantes na construção de uma identidade de trabalhadores brasileira?

A imigração já foi importante antes da proclamação da República, e não foram poucos os imigrantes italianos que chegaram a trabalhar nas fazendas de café paulistas ao lado de trabalhadores negros escravizados. Um viajante chegado a São Paulo em 1900, depois de trinta anos de ausência (Alfredo Moreira Pinto, escrevendo em *A Cidade de S. Paulo em 1900*) exclamava que “era então São Paulo uma cidade puramente paulista, hoje é uma cidade italiana” (COGGIOLA, 2020, p. 05).

Considerando a presença maciça de estrangeiros, parecia que o Brasil em determinadas situações perdia um pouco das suas relações até então próprias. Esse contato com a população acabou construindo várias relações com o povo europeu, os imigrantes exerceram grande influência no desmanche de algumas relações, principalmente a do trabalho, como é observado:

José de Souza Martins enfatizou a importância da imigração na dissolução das velhas relações de trabalho: “Sem ela, dificilmente correntes migratórias espontâneas teriam se estabelecido para o Brasil, já que sem elas teria sido impossível pôr fim à escravidão negra, como afinal se deu”. (Souza Martins, 1981) Na medida em que a imigração quebrava as velhas relações de trabalho, mas não se produzia a quebra simultânea da velha estrutura da propriedade (pois o desenvolvimento industrial coexistia com ela), contribuiu muito menos ao movimento industrial propriamente dito, através de uma significativa ampliação do mercado interno (como se deu, por exemplo, nos EUA) e criando, por conseguinte, uma maior necessidade de mão de obra industrial. Isso deitava suas raízes na continuidade nesse quesito entre o Império e a República (COGGIOLA, 2020, p. 05/06).

A leva de imigrantes que chegaram ao Brasil foi gigantesca em vários setores de produção, desde a lavoura até as crescentes indústrias. Assim podemos considerar notória a introdução de pensamentos de organização trabalhistas, vindos na bagagem desses trabalhadores.

Os grandes centros populacionais do Sudeste, como o Rio de Janeiro e São Paulo, destacaram-se rapidamente no crescimento populacional e de infraestrutura para o desenvolvendo e o escoamento da produção, Boris Fausto (2016) sobre isso afirma que:

O Rio de Janeiro concentrou todo o movimento comercial da área cafeeira do Vale do Paraíba, do leste fluminense e mineiro, abrangendo também a velha região canavieira do Baixo Paraíba. Na província de São Paulo, a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí, inaugurada em 1867, representou a ruína dos pequenos portos e a consolidação de Santos como o grande porto do comércio externo da província, excluía a região do Vale. As docas de Santos reuniram o primeiro grupo importante de trabalhadores em todo o Estado, cujas lutas se iniciaram em fins do século e permaneceram constantes no correr dos anos (FAUSTO, 2016, p. 31/32).

Assim, o crescimento da economia capitalista de exportação gerou diretamente as condições para que se constituísse um núcleo de trabalhadores no setor de serviços. Indiretamente, preencheu os requisitos para o surgimento do proletariado fabril, concentrado em algumas poucas cidades (FAUSTO, 2016, p.32). Mesmo existindo algumas disposições dispersas, o movimento operário no final do século XIX ainda não possuía uma organização e uma pretensão em termo de conjunto, muito por serem distantes uma das outras.

É preciso entender que as pressões internas pelo fim do tráfico negreiro pressionaram os grandes empresários à adaptação, para manter suas produções. Além disso, alguns contextos externos e crescimento da produção têxtil mudaram as estruturas brasileiras:

Ao mesmo tempo, esboçou-se uma substituição parcial dessa força de trabalho por máquinas, em especial no processo de beneficiamento do café. Quando na década de 1870 surgiram em São Paulo as primeiras fábricas têxteis, conjugaram-se para o surto não só os reflexos da Guerra da Secessão americana no tocante à abundância de matéria-prima, como também a ampliação do mercado. O último fator resultava do processo de crescente divisão do trabalho, das migrações internas de pessoas livres do Nordeste para São Paulo, da entrada de imigrantes (FAUSTO, 2016, p.34).

Como já mencionado, o momento decisivo em que se constituíram relações capitalistas de produção na área de São Paulo ocorreu com o final do sistema escravista e a entrada maciça das grandes levas de imigrantes (FAUSTO, 2016, p.34).

1.3 A Complexa Relação de Substituição da Mão de Obra Escrava para Mão de Obra Livre

De fato, é necessário ter um olhar crítico para a formação da classe trabalhadora principalmente sobre as teorias sobre o processo de substituição da mão de obra escrava negra para a branca do imigrante. Ademais, o papel do imigrante nas lavouras de café e de outros alimentos não pode ser desprezado, dada a crescente mobilização nas zonas rurais. É notório que a entrada de imigrantes não só possibilitou a exclusão do trabalho negro, como também

aumentou o desempenho produtivo brasileiro (FAUSTO, 2016, p.34). Aqui podemos analisar o fluxo de entrada de imigrantes antes, durante e pós a Primeira República, trabalhos como *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*, de Boris Fausto (2016) agregam uma discussão sobre a crescente imigração por meio de dados em números.

O quantitativo de imigrantes que chegaram ao Brasil em menos de 100 anos é bastante significativo. A quantidade de italianos que desembarcaram no território brasileiro entre os anos de 1876 a 1920 chegou a 1.243.633. Boa parte dessas famílias foram trabalhar nas lavouras e indústrias paulistas fomentando o crescimento das zonas urbanas no Brasil. Os portugueses durante as primeiras três décadas do século XX chegaram ao montante de 754.147 pessoas (IBGE, 2007, p. 66).

Os primeiros estudos sobre a imigração árabe para o Brasil descrevem que os grupos de árabes eram diversos de vários países como, por exemplo, Líbano, Síria, Turquia, Iraque e Egito. Em 1920 o povo arábico correspondia a mais de 50 mil indivíduos. Ainda assim, nos anos de 1895, intensificou-se ainda o mais fluxo de imigração no decorrer do século XX (IBGE, 2007, p. 181).

O fluxo de entrada de espanhóis durante os séculos XIX e XX, uma vez que a industrialização e as lavouras atraíram esse quantitativo. Devemos lembrar que a Espanha tivera várias colônias na América, mas o quadro mudou de perfil nos séculos XIX e XX. O espanhol continuava a vir para o Brasil, mas de colonizador passaria a ser imigrante. Não por acaso acabaria confundido com portugueses que, por sua vez, foram chamados usualmente de “galegos” no cotidiano das grandes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, desde o século XIX (IBGE, 2007, p. 109).

A partir de 1890, a cidade de São Paulo começou a crescer em ritmo acelerado. O crescimento significativo se iniciara nos anos 1872-86, quando foi de 52% (de 31.385 para 47.697 habitantes), a uma taxa geométrica anual de 3%. Nos anos 1886-90, alcançou 36% (de 47.697 para 64.934 habitantes), o que representa uma taxa geométrica anual de 8%. Mas a grande arrancada se deu entre 1890 e 1900, período em que a população paulistana passou de 64.934 habitantes para 239.820, registrando uma elevação de 268% em dez anos, a uma taxa geométrica de 14% de crescimento anual. Em 1890, São Paulo era uma das mais populosas cidades brasileiras, abaixo de Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém. No início do século, chegaria ao segundo lugar, embora ainda muito distante dos 688 mil habitantes da capital federal (FAUSTO, 2016, p. 36).

A fabricação da imagem de um imigrante europeu culto, exímio profissional, qualificado para exercer qualquer serviço na agricultura ou na indústria, ao lado da imagem do brasileiro, contrastava-se com a do negro, apresentado como o desqualificado responsável pelo atraso do país, visto que mesmo com o fim da escravidão, o negro ainda continuava a ser refém do preconceito. No entanto, a maior parte dos imigrantes europeus, porém, não possuía qualificações ou habilidades especiais, tampouco traziam recursos econômicos consideráveis (COGGIOLA, 2020, p. 06).

Entre o intervalo do ano de 1870 a 1920 os imigrantes, principalmente os italianos, comporia a maior quantidade de operários, como descreve Osvaldo Coggiola (2020) em *Origens da classe operaria no Brasil*:

Na última década do século XIX, os imigrantes passaram a compor a maior parte dos operários nas fábricas e nas primeiras indústrias brasileiras. A mão de obra italiana foi a mais usada nas lavouras de café. Os italianos, com a esperança de se tornarem proprietários de terras (à qual não tinham acesso em seu país), imigravam para o Brasil. Mas apenas aqueles que foram para o sul do país como colonos tornaram-se proprietários; a massa que foi enviada para as fazendas de café permaneceu trabalhando em plantações alheias. Entre 1870 e 1920, durante a grande imigração, os italianos corresponderam a 42% do total dos imigrantes entrados no Brasil: para 3,3 milhões de pessoas, os italianos eram cerca de 1,4 milhão (COGGIOLA, 2020, p. 06).

Outra justificativa para o estímulo brasileiro à imigração europeia era a baixa densidade populacional, a população brasileira era muito pequena para um território muito grande. A vinda de mão de obra externa supostamente proporcionaria desenvolvimento às cidades e ao comércio e geração de serviços de infraestrutura. A imigração continuou alta durante as primeiras décadas do século XX, diminuindo após a década de 1930 (COGGIOLA, 2020, p. 10).

Ainda que o núcleo estrutural da economia residisse no campo, o conflito social concentrou-se nos setores secundário e de serviços. O primeiro tinha pequena importância do ponto de vista econômico, enquanto o segundo era estrategicamente relevante para o desempenho do núcleo estrutural. A restrição do movimento social das camadas dominadas em grande medida aos centros urbanos representou um sério limite. É certo que as reivindicações ganharam ressonância ao se produzirem em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, que, em grau variável, desempenhavam um relevante papel político, comercial e administrativo. Mas, como o peso da urbanização era relativo e não só o eixo básico da economia como a fonte de poder das oligarquias se encontravam fundamentalmente no campo, a massa urbana dominada ficava ilhada nos muros ideais da cidade, com escassas condições de alterar a correlação de forças entre as classes (FAUSTO, 2016, p.37).

Segundo Boris Fausto (2016, p. 37), “Duas outras determinações estruturais devem ser levadas em conta no primeiro período de formação da classe operária. Uma diz respeito às condições de oferta do mercado de trabalho, outra à composição étnica dessa classe, com predominância de estrangeiros”.

É importante analisar o contexto e as condições de oferta de força de trabalho urbano em São Paulo e no Rio de Janeiro que atraíram milhares de estrangeiros. No Estado de São Paulo, a questão se liga diretamente à forma pela qual se resolveu o problema da força de trabalho na empresa agrícola cafeeira, com a vinda das grandes levas de imigrantes, no interior de um quadro cujas linhas gerais têm pouco a ver com uma incorporação estável da população nessa atividade agrícola (FAUSTO, 2016, p.37).

Essa entrada de trabalhadores resultou em dois contrastes bem característicos relacionados ao exercício de mão de obra em determinadas localidades. Pode-se observar esse exemplo no estado de São Paulo, cenário em que a imigração era fortemente incentivada ao mesmo tempo que havia o discurso acerca da saturação da força de trabalho, como podemos observar:

[...] Por exemplo, em 1897 o secretário da Agricultura se referia à existência de um “excesso de trabalhadores” no estado. No entanto, o governo estava providenciando a vinda de mais 60 mil imigrantes nos meses seguintes e, dois anos após, aquela autoridade aludia a um acentuado declínio no salário rural como consequência da contínua chegada de trabalhadores. Para cuidar de uma produção média anual de 10 milhões de sacas de café (1910-4) eram necessárias cerca de 300 mil pessoas, enquanto pelo menos 750 mil trabalhadores entraram no estado depois de 1884, em sua esmagadora maioria com destino ao campo (FAUSTO, 2016, p.42/43).

É relevante colocar aqui o movimento interno dentro do território brasileiro, ou seja, os vários processos de êxodo rural e até mesmo as transferências de negros de uma parte para outra. De fato, é “bastante plausível a hipótese de que uma parcela significativa dessa população se transferiu para os centros urbanos, tendo em conta as fases de depressão do setor cafeeiro e as dificuldades de acesso à propriedade da terra” (FAUSTO, 2016, p.42/43).

O cultivo do café desempenhou grande influência na organização do campo e urbano, a partir de sua própria lógica, com um papel fundamental na oferta de mão de obra urbana, através de seu movimento cíclico baseado na natureza. Na decadência desse sistema, não restava alternativa aos trabalhadores do café que não fosse emigrar para os núcleos urbanos, pois os outros complexos exportadores eram incapazes de absorvê-los (FAUSTO, 2016, p.44).

A entrada de levas gigantescas ocasionou no crescimento vegetativo brasileiro e significou o agrupamento de várias questões sociais, como por exemplo a melhoria de vida da população e a diminuição da mortalidade infantil.

O crescimento da população entre os anos de 1872 a 1930, já no final da Primeira República, foi de 272%, o período das primeiras três décadas do século XX, a população era de 17.821.092 em 1901 e de 37.625.436 em 1930. “Edgar Carone indicou a cifra de 54.164 operários para 1889” (GOGGIOLA, 2020, p. 17). Na época, a população brasileira era de 14 milhões de pessoas, o que significa que o elemento assalariado moderno era uma minoria social ínfima.

A velocidade da acumulação de capital era também determinada pelas relações de força existentes entre patrões e operários. Estes tiveram, nos primeiros estágios da industrialização brasileira, uma desvantagem determinada pela existência do grande número de desempregados ou subempregados e, além disso, pela política estatal. Se o Estado não intervinha para proteger a simples reprodução da força de trabalho (ausência de salários-mínimos legais, de férias remuneradas, péssimas condições de trabalho em geral) sua polícia intervinha cada vez que um movimento grevista “perturbava a ordem pública” (COGGIOLA, 2020, p. 18/19).

Latifúndio agrário, “capitalismo (industrial) tardio”, e Estado oligárquico (monárquico ou republicano) fechavam o círculo das condições dentro das quais se formava a classe operária brasileira. Círculo esse o qual iria esvaziar as esperanças dos abolicionistas radicais na “redenção através do trabalho livre”. Nessa conjuntura, a política imigratória era um aspecto orgânico: cada elo ajudava a fechar a corrente (COGGIOLA, 2020, p. 18/19).

Em 1900, fundou-se o Círculo Operário do Distrito Federal; e antes disso, em 1890, o Centro das Classes Operárias, já atuava no Rio de Janeiro. Essa organização teve vida relativamente longa. A partir de 1900, aumentou no Brasil a organização de associações e sindicatos. A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 já assinalava a liberdade de associação. Em 1906, surgiram os sindicatos dos trabalhadores em ladrilhos, em pedreiras, dos pintores, dos sapateiros, o Sindicato Operário de Ofícios Diversos, etc (COGGIOLA, 2020, p. 19).

No Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, começou a disseminar-se a organização sindical. Uma das primeiras lutas organizadas, como vimos, foi realizada no Rio de Janeiro em 1858, quando os tipógrafos insatisfeitos com os míseros salários que percebiam, declararam-se em

greve, exigindo uma elevação de dez tostões diários em seus vencimentos (COGGIOLA, 2020, p. 19).

Essa greve durou vários dias e foi vitoriosa. Os estrangeiros que se fixaram nos centros urbanos encontraram um ambiente mais hostil do que aqueles que rumaram para as zonas rurais. Enquanto as regiões agrícolas eram enormes e era fácil encontrar emprego, nos centros urbanos a competição no mercado de trabalho se mostrava mais acirrada (COGGIOLA, 2020, p. 19).

É importante colocar que no decorrer da Primeira República do Brasil, os jornais conduzidos pelos operários foram um importantíssimo instrumento de difusão de ideais libertários (MATEUS, 2012, p. 68). Aqui no Maranhão temos o Jornal *O Trabalho*, da União Artística Operária Caxiense.

O aparato legislativo do Estado relacionado aos conflitos entre trabalhadores e patrões combinou-se com a recorrente utilização do aparato policial e da legislação criminal para enquadrar os trabalhadores. Os movimentos operários se organizavam e faziam greves desde pelo menos 1890 em torno de pautas que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho até o estabelecimento de jornada de trabalho e descanso remunerado. Do outro lado, os patrões contavam com o Estado para reprimir e prender lideranças e manifestantes segundo a legislação criminal criada em 1890, cuja centralidade incidia na tentativa de separação do trabalho do ócio, visando educar a classe trabalhadora “livre” às condições de exploração do trabalho no Brasil (COGGIOLA, 2020, p. 19-20). Assim prologando para as décadas seguintes e a intensificação massiva da perseguição dos trabalhadores veio com Getúlio Vargas já pós 1930.

Os trabalhadores e trabalhadoras puseram-se à frente, sendo defensores de seus interesses, mesmo com tanta repressão, como podemos observar:

A legislação criou dois mecanismos principais para exercer controle sobre a classe trabalhadora: a) estabeleceu penalidades para as contravenções praticadas pelos trabalhadores (vadiagem, jogatina, mendicância, bebida e ócio); b) tornou crime as práticas de reunião e solidariedade dos trabalhadores bem como qualquer atividade de paralisação do trabalho. A experiência política da classe trabalhadora que se formava no país foi, portanto, marcada pela pressão constante do Estado que encarava a organização sindical como desordem. Porém, mesmo que intensas tais repressão e vigilância não conseguiram impedir que os trabalhadores continuassem se organizando para melhorar suas condições de vida e de trabalho (COGGIOLA, 2020, p. 19/20).

A constituição do trabalho livre no Brasil no final do século XIX, como modalidade de força produtiva predominante, não foi imediatamente acompanhada por uma legislação cujo conteúdo fosse intermediar o capital e o trabalho. As primeiras leis tiveram caráter pontual voltado para os setores da classe trabalhadora que demonstravam maior potencial de organização e de enfrentamento, tais como os ferroviários e marítimos (COGGIOLA, 2020, p. 20).

Embora haja certa complexidade de definir como a classe proletária brasileira surgiu, podemos reafirmar aqui que um olhar crítico para esse processo é fundamental ao desmembramento do molde da construção da mão de obra livre e assalariada.

CAPÍTULO 2: ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO NO MARANHÃO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

Uma prática bastante utilizada pelos trabalhadores brasileiros, antes da consolidação das leis trabalhistas e do surgimento da previdência, era o mutualismo. A importância de estudar o fenômeno do Mutualismo é perceber como essa relação social de assistência mútua por parte de várias classes trabalhadoras foi fundamental para o trabalhador sobreviver em meio à falta de assistência do Estado. Além das mútuas vamos observar o surgimento de associações de classes e também o crescimento dos sindicatos. Nesse capítulo vamos fazer um apanhado das principais organizações apresentados pelas diversas classes de trabalhadores brasileiros.

Como primeira bandeira de luta dos associados e associadas as sociedades mutualistas operárias, estava a própria garantia de suas sobrevivências, essa luta era travada no terreno de embates diretos e indiretos contra os patrões, que de certa forma estendiam seus interesses ao corpo burocrático do Estado republicano (SILVA JÚNIOR, 2018, p.27).

Dentro desse contexto, e no período de proibição e burocratização da organização sindical, é possível entender o espaço do associativismo operário e seu caráter de luta assumido por diversas sociedades de socorro mútuo tanto em greves, como motins, protestos via imprensa operária, notas de denúncia nos folhetins dos subalternos, além da propagação de ideários sociais que centralizavam, a priori, a necessidade do conflito, como o Anarquismo e o Socialismo (SILVA JÚNIOR, 2018, p.27).

Essas configurações de luta refletiam a um ideal internacionalista de luta fortemente baseado nas organizações europeias. Na realidade do Piauí e Maranhão do início do século XX, os ideários sociais, os embates, as manifestações e as pautas de solidariedade operária transnacional, ficam evidentes em uma análise pormenorizada das atuações dos trabalhadores dentro das sociedades mutualistas, e demonstram duas principais faces, uma da luta pela própria existência, e outra um enfrentamento mais complexo a um modelo social vigente (SILVA JÚNIOR, 2018, p.28).

Entre essas duas fórmulas, existe uma complexa e emergente disputa pela cidadania, por certos direitos. Nos protestos, nos conflitos e manifestações operárias no meio-norte, essas duas faces do movimento operário mutualista as vezes se entrelaçam, onde a própria garantia da sobrevivência identifica-se com a tomada de consciência do abuso do capital e da exploração. Nesse encontro de lados, faz-se uma classe trabalhadora dentro da própria luta de classes, ela constrói-se pela identificação de seus inimigos e de suas condições desfavoráveis a sua própria existência (SILVA JÚNIOR, 2018, p.28).

Assim o conflito é momento histórico fundamental para se perceber o processo histórico do formar-se de uma classe através de um mutualismo que está em luta, e que fora feito dentro de uma organização construída para sobreviver, mas que percebeu, inventou a sua sobrevivência no enfrentamento dos antagonismos sociais que os mundos lhes apresentam (SILVA JÚNIOR, 2018, p.28).

A quantidade expressiva de organizações de trabalhadores no império e no período da república, com as mais diversas formatações em suas composições formas e caráter, e a presença dessas agremiações até os dias presentes dá o rumo de que há muito ainda avaliado pela pesquisa histórica (SILVA JÚNIOR, 2018, p.48).

2.1 Lei Elói Chaves

Até às primeiras duas décadas do século XX não existia uma legislação trabalhista específica para a classe trabalhadora, até então com poucos direitos conquistados. Em 1923, o governo federal sancionou o Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro, tendo como objetivo organizar e articular uma caixa de aposentadoria e pensões para trabalhadores das estradas de ferro existentes no Brasil. Esse decreto também conhecido como Lei Elói Chaves é considerado como a origem da Previdência Social brasileira.

Essa lei trouxe a obrigatoriedade para as companhias ferroviárias em criar uma caixa de pensão e aposentadoria aos seus funcionários. Seus membros tinham que atender as seguintes regras.

Art. 12. A aposentadoria ordinária de que trata o artigo antecedente compete:

a) completa, ao empregado ou operário que tenha prestado, pelo menos, 30 anos de serviço e tenha 50 anos de idade;

b) com 25 % de redução, ao empregado ou operário que, tendo prestado 30 anos de serviço, tenha menos de 50 anos de idade;

c) com tantos trinta avos quantos forem os anos de serviço até o máximo de 30, ao empregado ou operário que, tendo 60 ou mais anos de idade, tenha prestado 25 ou mais, até 30 anos de serviço (Decreto N° 4.682, de 24 de janeiro de 1923).

Na análise desse documento, as mulheres têm sua participação dentro do direito à aposentadoria e pensão para os seus parentes, como também o direito de receber uma pensão em caso de morte de maridos funcionários de alguma companhia.

Art. 26. No caso de falecimento do empregado aposentado ou do activo que contar mais de 10 anos de serviços effectivos mais respectivas empresas, poderão a viuva ou viuvo invalido, os filhos e os paes e irmãs emquanto solteiras, na ordem da successão legal, requerer pensão á caixa creada por esta lei (Decreto n° 4.682, de 24 de janeiro de 1923).

Percebe-se que a preocupação com as mulheres trabalhadoras está diretamente ligada a sua condição de mãe e esposa. Nesse decreto vamos perceber a sua real preocupação com a classe trabalhadora masculina, deixando as mulheres como coadjuvante.

A seguridade social, ou previdência social, será instalada no Brasil de fato em 1943, com as consolidações das leis trabalhistas, mas esse tema já teria sido mencionado e apresentado na constituição de 1934 e 1937. O nome previdência social e seu sentido vai ser atingido na constituição de 1946. Sob sua égide ocorreu a consolidação da legislação previdenciária na Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) (CARVALHO, 2017).

2.2 Associações Profissionais e Sindicatos no Brasil

As associações profissionais já existiam a um tempo no país, mas apenas foram ganhar relevância com o decreto do código eleitoral aprovado por Vargas em 1932. Esse decreto além de legitimar a participação de profissionais na decisão eleitoral, também beneficiava outras pessoas da sociedade brasileira da época.

O Código Eleitoral foi promulgado em 24 de fevereiro de 1932, como o Decreto 21.076. Ele significou o mais importante passo dado, até então, pelo Governo Provisório, em direção ao restabelecimento da normalidade constitucional. Ao mesmo tempo ao prever a identificação dos cidadãos com direito de sufrágio; voto universal e secreto, extensivo às mulheres; instalação da Justiça Eleitoral—, ele era o cumprimento da promessa de organização e saneamento do sistema eleitoral, que fora bandeira da Aliança Liberal e era, agora, do movimento de outubro de 1930 (BARRETO, 2002, p. 01).

As representações profissionais foram alvo de debates intensos durante a década de 1930 para aprimorar a modernização do país, com efetivas participações nas decisões políticas ao longo do tempo. Foram deixadas no esquecimento pelo governo brasileiro justamente por não acompanharem o desenvolvimento do pensamento industrial e controlador do estado sobre as classes trabalhadoras (BARRETO, 2004, p. 119).

Já no ano de 1931, Vargas vai editar a lei de sindicalização, esse decreto vai estabelecer variadas determinações como, por exemplo: vínculo e reconhecimento do sindicato à aprovação do estatuto pelo Ministério do Trabalho; direito facultativo aos sindicatos dos empregados de celebrar acordos com os “sindicatos” patronais; proibição das organizações sindicais de se vincularem às organizações internacionais, sem aprovação do Ministério do Trabalho; obrigatoriedade dos sindicatos, federações e confederações mandarem, anualmente, um relatório para o Ministério do Trabalho, definindo que, pelas novas leis, os sindicatos ficam atrelados ao Estado, não tendo a menor possibilidade de autonomia (GOETTERT, 2014, p. 70).

A participação feminina no processo sindical no Brasil é relevante para o nosso estudo sobre o mundo do trabalho, e como dentro desse processo de construção social, as mulheres acabaram por aproveitar as brechas criadas para colocar suas reivindicações. A participação feminina na defesa dos direitos dos trabalhadores nos demonstra o poder de luta dessa categoria por seu papel perante a sociedade, mesmo sendo vítimas de violência e controle de seus destinos. Jones Dari Goettert (2014, p. 105) afirma que “Falar sobre a mulher e sua participação em movimentos sociais e populares, em geral, e em sindicatos, em particular, parece-nos importante, pois contempla a diversidade que marca a formação e a história da classe trabalhadora”.

Porém, devemos nos atentar que a historiografia tem dado destaque para a história dos homens, mesmo sabendo que as mulheres sempre estiveram na sociedade, demonstrando a sua exclusão, por isso é dever saber sobre todo processo histórico envolvendo as mulheres (GOETTERT, 2014, p. 105).

Em países europeus a participação feminina nos sindicatos teve um grande crescimento durante o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Por exemplo, na Rússia, no ano de 1929, cerca de 29,7% dos associados eram mulheres (GOETTERT, 2014, p. 109).

Um fenômeno observado nos diversos países em relação às mulheres é a sua duplicidade de participação no meio de trabalho e sua vida doméstica. A marginalização feminina vem acompanhada do processo de masculinidade, apresentado pela autora Jones Dari Goettert (2014, p. 110). Falando um pouco mais sobre a dupla jornada das mulheres trabalhadoras, “temos que entender as diferenças entre a participação das mulheres e dos homens nos sindicatos devem considerar a dupla, e até a tripla, jornada de trabalho feminino” (GOETTERT, 2004, p. 110).

Temos no Brasil um processo de lutas femininas bem antes do processo de modernização do país, independente de cor e classe social as mulheres já reivindicavam e lutavam por participação na política e na sociedade extremamente machista (GOETTERT, 2004, p.111).

2.3 Associações Profissionais no Maranhão

Nesse item vamos tratar a representação e a dinâmica do associativismo brasileiro e maranhense, analisando algumas associações profissionais do Maranhão. Ao estudar as características dessas associações, vamos perceber a relação de organização da classe trabalhadora brasileira em geral, e analisar a participação feminina nessas associações. As sociedades mutualistas tendem a diminuir, abrindo espaço para as associações profissionais. As associações vão ajudar as classes trabalhadoras a se protegerem e organizarem suas funções e reivindicando direitos.

Essa pesquisa é importante para apresentamos as transformações sociais, políticas e econômicas que essas sociedades passaram, principalmente as das classes trabalhadoras. Os documentos utilizados aqui serão estatutos das associações, como da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão (1953) e o Estatuto da Associação de Professores Normalistas do Maranhão APNM (1931). Essa última daremos mais atenção por suas características de forte presença feminina.

Como afirma Robson Santos Silva (2013, p. 74), “O associativismo é uma forma de organização que transcende a organização dos trabalhadores. Existem associações de trabalhadores como existem associações da sociedade civil, em geral, associações culturais, associações esportivas”. Mas, dentro das organizações dos trabalhadores vão assumir um

caráter epistemológico específico, essas organizações vão anteceder o que vemos hoje como sindicalismo (SILVA, 2013, p. 75).

As associações tinham o princípio de proteger os interesses dos seus funcionários como abaixo:

Art. 1º A Associação dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão (A S. O. E. M), fundada a 21 de outubro de 1953, tem a sua sede, administrações e foro na cidade de São Luiz, capital do estado do Maranhão, é destinada a defender os direitos e interesses dos servidores públicos ativos, da administração pública em geral (Federais, Estaduais, Municipais, Autárquicos e Para – Estaduais), inscritos no quadro social, assim como prestar assistência as suas famílias e ainda promover a união de classe, em todos os sentidos (Associação dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão, 1953, p. 04).

Logo em seguida, observamos os direitos dentro dessa associação:

Art. 6º O associado quite tem direito

- (a) Frequentar a sede, participar: das reuniões sociais e desportivas;
- (b) Utilizar – se de todos os serviços de natureza jurídica, médica odontológica, farmacêutica e outros que venham a ser instalados;
- (c) Votar e ser votado nas eleições dos conselhos, quando quite com a associação;
- (d) Tomar parte em todas as deliberações que forem submetidas á apreciação das assembleias gerais e especiais;
- (e) Pedir esclarecimento em qualquer tempo sobre as situação da sociedade;
- (f) Solicitar a interferência da associação em todos os assuntos que digam respeito aos seus interesses dentro dos dispositivos destes estatutos;
- (g) Apresentar ao conselho administrativo as sugestões que julgar de interesse á sociedade e a classe em geral;
- (h) Utilizar – se de todos os serviços de assistência social, aludidos em incisos do Art. 2º deste estatuto (Associação dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão, 1953, p. 05).

Dos deveres:

Art. 7º São deveres dos associados

- (a) Satisfazer os compromissos contraídos com a associação;
- (b) Cumprir as disposições destes estatutos e do regimento interno e acatar as deliberações tomadas pelos órgãos administrativos da associação;

- (c) Comparecer às Assembleias Gerais e especiais, acatando as suas deliberações;
- (d) Comparecer á presença do conselho administrativo e acatar as suas determinações;
- (e) Bem desempenhar o cargo para que for eleito;
- (f) Prestigiar, por todos os meios, a associação e propagar o espírito associativo entre os servidores públicos (Associação dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão, 1953, p. 06).

Percebe-se que a obtenção de direitos e deveres está ligado a uma troca de assistência e proteção dos participantes dessas sociedades, seus direitos e deveres nos dá uma dimensão das características das associações no Maranhão, para um bem coletivo das mais variadas atividades profissionais.

2.3.1 Força Associativa Feminina no Maranhão (Associação dos Professores Normalistas no Maranhão)

Nesse tópico vamos tratar a relevância da participação feminina no associativismo trabalhista e docente no Maranhão através da análise do estatuto da Associação de Professores Normalistas do Maranhão.

Robson Santos Câmara Silva (2015, p. 91) “afirma que o associativismo e o sindicalismo docentes maranhenses foram por algum tempo ignorados na literatura”. Isso mostra a dificuldade em procurar um referencial teórico capaz de suprir a necessidade de informações sobre essas associações. Trabalhos como Silva (2013) contribuem para entendermos a dinâmica dessa associação normalista do Maranhão. O trabalho de Coelho (2012) sobre *Os Trabalhadores Catarinenses e o Debate da Representação das Associações Profissionais nos Anos de 1930* contribui para nossa pesquisa de maneira que possamos analisar o sindicalismo em outras partes do nordeste brasileiro no período.

A Associação de Professores Normalistas do Maranhão (APNM), fundada no dia 29 de abril de 1931, na cidade São Luís do Maranhão, dispõe em seu estatuto de informações como objetivos e valores de contribuição. Segundo seu estatuto, essa associação destinava-se:

- a) a obra de aproximação de todos os profissionais do ensino primário dentro do Estado, tornando os interessados na colaboração mútua e recíproca da classe pelos seus elementos individuais;

- b) a defesa do ensino racional e puro, com adoção de métodos práticos e uniformes em todas as nossas escolas primarias, tendo como lema: “ensinar não muito, mas ensinar bem, ensinar certo, levando o aluno, por processos naturais e ensinamentos concretos, a formar juízo perfeito do objeto do ensino de cada uma das disciplinas professadas na escola”;
- c) a propaganda dos métodos preconizados pela escola ativa moderna, com a divulgação das modificações que a prática inteligente e zelosa vier acrescentar;
- d) a intensificação do estudo da pedagogia, como meio de desenvolvimento dos seus associados na arte de ensinar educando;
- e) a proteção da classe e especialmente do ensino primário dentro do Estado;
- f) a assistência moral e financeira dos seus associados, quando reclamada, e nos casos de conveniência ou necessidade reconhecida pela diretoria (ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES NORMALISTAS DE S. LUIZ, 1931, p. 01).

A adesão dos sócios nessa instituição se dava, de forma geral, com a exclusividade da formação dos seus sócios em magistério:

Art. 2º Consideram-se membros da Associação todos os professores diplomados pela antiga Escola Normal e pelo curso Profissional do Lyceu Maranhense, Escola Normal Primaria, Colégio de Santa Thereza, Escola Normal de Caxias e outros institutos de ensino secundário, oficiais ou equiparados, que se venham fundar dentro do Estado (ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES NORMALISTAS DO MARANHÃO, 1931, p. 01).

São deveres dos sócios:

Art. 11º São deveres dos seus sócios inscritos

- a) Pagar pontualmente as quotas mensais, sendo eliminado aquele que deixar de fazer, durante trez meses;
- b) Cumprir, com dedicação e lealdade, todas as obrigações decorrentes dos cargos e deveres sociais;
- c) Concorrer esforçadamente para realizabilidade dos ideais da Associação;
- d) Assistir as sessões de assembleia geral e da diretoria e as conferências promovidas por esta;
- e) Acatar e prestigiar as deliberações emanadas da diretoria;
- f) Defender as Associações na pessoa de cada um dos seus associados inscritos e contribuir para o engrandecimento desta por meio da confraternização da classe, da ampliação dos seus quadros sociais e da vulgarização dos seus fins;
- g) Denunciar a Associação, por meio de memoriaes, as falhas e omissões observadas na aplicação dos métodos de ensino;

h) Pleitear a uniformização do material escolar em todos os estabelecimentos de ensino primário, público e particulares, como condição de êxito da própria escola ativa (ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES NORMALISTAS DO MARANHÃO, 1931, p. 01).

Nessa associação, em especial, havia a grande participação feminina entre os seus associados e na direção. Como ocorre no Maranhão e em outros lugares do país, essa associação era composta por profissionais da educação, justamente, por ser uma profissão com grande aproximação das mulheres. Outros trabalhos sobre escolas normais no país descrevem que a presença feminina era massiva, como no Rio de Janeiro “no início do século XX, o quantitativo de mulheres na Escola Normal do Distrito Federal (ENDDF) já era muito superior ao dos homens” (LIMA, 2018, p. 169).

A comissão organizadora da Associação de Professores Normalistas do Maranhão tinha como suas participantes: Alzira Pedroso de Abreu Ribeiro, Virginia Augusta Machado, Zila Paes, Aurina Valladão Borges, Maria das Neves dos Santos Monteiro, Maria Guimarães Cotrim, Antonia Santiago Val (ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES NORMALISTAS DO MARANHÃO, 1931, p. 01).

A análise das associações no Maranhão vai nos proporcionar o entendimento sobre diversos aspectos da estrutura social maranhense, de trabalhadores que mesmo vivendo em meio de repressão e controle procuraram se organizar e lutar por seus interesses individuais e coletivos.

2.4 Mulheres, Trabalho e Regulação do Trabalho Feminino

Até às primeiras duas décadas do século XX não existia uma legislação trabalhista específica para a classe trabalhadora, com poucos direitos conquistados, justificando ainda mais a discriminação ao trabalho feminino. Posteriormente, vai ser produzida uma legislação específica para classe trabalhadora feminina, o Decreto nº 21.417, de 17 de maio de 1932, com o objetivo de regular as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos comerciais e industriais. Esse decreto corresponde ao período em que Getúlio Vargas ainda era chefe do governo provisório.

O decreto do Trabalho das Mulheres, de 1932, estipulou a licença-maternidade, proibiu a desigualdade salarial e o trabalho noturno das mulheres. Esse decreto fez parte do Código do Trabalho, previsto e implementado por Getúlio Vargas, embora uma série de pressões sociais por

esse tipo de regulação datasse ainda do começo da República. A necessidade de leis para igualdade e seus efeitos fazem parte da história dos direitos sociais e da vida de muitas mulheres e homens do Brasil (FRACCARO, 2018, p. 14).

Vamos procurar aqui apresentar como era a organização trabalhista feminina, no Brasil, antes do decreto 21.417, sua luta e reivindicação dentro do mundo do trabalho. Os autores Wilson Pirotta e Kátia Pirotta (2016, p. 01), afirmam que “A situação da mulher no mundo do trabalho tem sido historicamente marcada pela subalternidade e pela discriminação, o que reflete as condições de desigualdade e iniquidade de gêneros vigentes na sociedade”.

É discutido pelos autores sobre o pensamento de Eric Hobsbawm, de que esse panorama marcou fortemente as relações de gênero no trabalho durante todo o século XX, fixando o ideário de que o mundo do trabalho é eminentemente masculino, sendo o trabalho da mulher apenas complementar ao do homem para a situação familiar, encontrando óbice a seu pleno desenvolvimento nos afazeres domésticos, nos cuidados com os filhos e na “natureza feminina” (PIROTTA; PIROTTA, 2016, p. 02).

No decorrer do tempo esse pensamento não mais vai se encaixar, justamente porque na atualidade as mulheres já dispõem de mais benefícios, mas ainda vemos grande desigualdade salarial, mesmo fazendo as mesmas funções as mulheres ganham menos dos que os homens (PIROTTA; PIROTTA, 2016, p. 02).

Já a partir dos anos de 1930 serão implementadas políticas públicas voltadas para as mulheres trabalhadoras no Brasil, mesmo sabendo que o estado criava essas leis com o objetivo de apaziguar os conflitos sociais. A atuação do estado nesse processo se deu da seguinte forma:

O Estado atuou, nesse período, no sentido de normatizar todas as relações entre empregado e empregador, tentando dar conta dos diferentes aspectos do trabalho urbano: horário de trabalho, férias, descanso semanal e licença maternidade. Dirigidas especificamente ao trabalhador urbano e, muitas delas, exclusivamente ao trabalhador fabril, estas leis consideravam as diferentes composições desse proletariado de fábrica. Em outras palavras, a lei determinava medidas exclusivas para as mulheres e menores operários, criando uma legislação específica para esses grupos (VENANCIO, 2001, p. 178).

Na primeira república, tivemos várias tentativas de regulamentação do trabalho, mas especificamente do trabalho feminino. A participação massiva dos trabalhadores acabou por determinar medidas na produção de leis para regulamentação do trabalho, em especial o das mulheres (VENANCIO, 2001, p. 179).

Com a chegada de Vargas ao poder na década de 1930, vamos ver a centralização das questões trabalhistas aqui mencionadas. Mesmo sendo um governo de caráter autoritário Vargas acaba por beneficiar os trabalhadores por meio de velhas manifestações, e neste conjunto de leis se destacam os direitos às mulheres trabalhadoras (VENANCIO, 2001, p.192).

Sobre as características dos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, temos dois momentos institucionais distintos.

É importante destacar que o período que vai de 1930 à 1937 foi marcado por duas configurações institucionais distintas: a do governo provisório, entre 1930 e 1934, que é basicamente um período em que o poder Executivo legisla sem obstáculos, visto que estavam suspensas as Assembleias Federal, Estaduais e Municipais e os canais políticos de representação partidária; e a do Governo Constitucional, compreendida entre os anos de 1934 e 1937. Foi no primeiro desses momentos que a maior parte da legislação trabalhista, inclusive a que regulamentava o trabalho feminino, foi elaborada (VENANCIO, 2001, p.192).

Já a partir década de 1940, temos a criação da CLT, que vai agrupar todos os direitos conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil:

Quando um pouco mais tarde, já nos anos 40, o governo brasileiro estabeleceu a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), passando a regular todas as relações de trabalho, o que ocorreu foi a ordenação sistematizada das leis previamente existentes que haviam sido paulatinamente elaboradas ao longo dos anos 30. Com relação à regulamentação do trabalho feminino, a CLT não apresenta grandes novidades no que diz respeito à lei de 1932. As mudanças sobre o trabalho feminino limitaram-se à permissão para a prorrogação da jornada de trabalho por duas horas, com pagamento adicional de 20% para cada hora, desde que autorizada por atestado médico. O trabalho noturno foi também autorizado, além dos casos previstos pelo decreto de 1932, para as mulheres que ocupassem cargos de direção, mediante a apresentação de atestado de bons antecedentes fornecido pela autoridade competente, e de capacidade física e mental, passado por médico oficial. A empregada foi proibida de trabalhar quatro semanas antes e oito semanas após o parto, conforme atestado fornecido pela Previdência Social (VENANCIO, 2001, p.195).

Os diversos movimentos da sociedade vão apresentar alternativas para as reivindicações do trabalho feminino. A afirmação dessas propostas efetivara-se já no começo da década de 1930. O novo governo tomou para si a responsabilidade de regulamentar as afinidades do trabalho em geral, mas especificamente o trabalho feminino. Apesar de todo o aparato de reivindicações, ainda havia uma divisão de trabalho ainda dentro de uma decisão biológica (VENANCIO, 2001, p.195).

CAPÍTULO 3: DISCUTINDO SOBRE MUTUALISMO E AS SOCIEDADES BENEFICENTES NO MARANHÃO DURANTE A REPÚBLICA VELHA, SUAS DINÂMICAS SOCIAIS, TRABALHISTAS E CULTURAIS

As associações mútuas no Maranhão antes e durante a Primeira República foram de suma importância para o desenvolvimento e organização de vários trabalhadores maranhenses de diversos setores, assim dinamizando a vida dessas pessoas, ou até mesmo suavizando um vão que existia entre a relação do capital e a força trabalhista.

No Piauí e Maranhão, entre o 1900 e 1922 existiram diversas associações de trabalhadores e trabalhadoras de caráter de socorro mútuo, que prezavam pela união entre as organizações, não era raro perceber que membros de associações do Piauí eram filiados a sociedades do Maranhão e vice-versa, essa ligação não dava-se apenas no campo institucional, havia uma solidariedade também nos momentos de conflito, apoio a greves, a melhores condições de trabalho, denúncias de patrões perversos XX (SILVA JÚNIOR, 2018, p.30).

Um ponto importante sobre as sociedades mútuas no Maranhão e Piauí era de que existia uma organização política operária, com uma grande capacidade do operariado de se organizar politicamente dentro de uma mutual, junto ao interesse evidente de vários trabalhadores na administração política da sociedade mutual, o que demonstra uma habilidade política, democrática eminente nas associações assim como a educação (SILVA JÚNIOR, 2018, p. 37).

No Maranhão, assim como no Piauí, as associações Mutualistas tinham essa preocupação com os ideais e a vida política, trocavam até mesmo experiências com outras associações da Europa, principalmente Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra, onde segundo os membros das associações mutualistas a educação era o modelo ideal a ser seguido (SILVA JÚNIOR, 2018, p. 38).

O interesse e as discussões em torno da instrução e educação operária girava em torno da possibilidade de o operário adentrar a política, votando ou sendo votado, ou até mesmo em uma ideia presente na época, de que com a elevação intelectual da classe a valorização social do operariado seria uma realidade (SILVA JÚNIOR, 2018, p. 39). Estamos falando em um momento de grandes mudanças sociais e econômicas no Brasil e no Mundo, os ideais da revolução Russa chegaram com bastante força nas associações mútuas e sindicatos.

É importante frisar que o espaço do associativismo operário na primeira república estava voltado para uma característica diversa apresentada atuação das sociedades mútua,

embora algumas assumissem feições políticas eleitorais, outras partes das atividades associativas da classe não eram esquecidas, isso em parte pode ser creditado as leis referentes a proibição da sindicalização da época, mas ainda, a influência das irmandades, das corporações de ofício no mutualismo no Brasil (SILVA JÚNIOR, 2018, p. 39).

Não podemos esquecer de mencionar como a maçonaria teve grande influência dentro das associações nessa parte do país, como afirma Leôndidas Freire Silva Junior (2018, p. 39) [...] “a presença da maçonaria, tanto enquanto seus quadros maçônicos, que estavam presentes em muitas das associações de trabalhadores, além da influência das lojas maçônicas no quesito da própria organização interna e funcionamento das sociedades mútuas”.

A própria circularidade de ideias e ideais, contatos operários que os trabalhadores do meio norte do Brasil, tinham com associações operárias de países da Europa, EUA, e outras partes das Américas, conota a facilidade que as lojas maçônicas tinham em se entrelaçar com irmãos de lojas pertencentes a mesma potência, nesse período, a potência que dominava nas Lojas de São Luís, Teresina, Parnaíba e Caxias era o Grande Oriente do Brasil (SILVA JÚNIOR, 2018, p. 40).

Nesse capítulo temos por objetivo analisar a dinâmica das associações maranhenses, assim adentrando no conjunto das principais associações encontradas nessa monografia através de pesquisas anteriores, possibilitadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), entre os anos de 2020 e 2022. As pesquisas feitas sobre o Estado de Bem-estar Social brasileiro e como as mulheres mais qualificadas puderam se beneficiar dessas novas políticas entre os anos de 1930 a 1950 nos levaram a estudar como esses trabalhadores e trabalhadoras sobreviveram sem ainda uma construção de bem estar pelo Estado, a importância das mútuas mais uma vez aqui foi fundamental durante esse período.

3.1 Mutualismo

A importância de estudar o meio associativo vai abrir um vasto campo de informações sobre os personagens principais em questão, que são os trabalhadores. Entender e estudar suas vidas, valores, tradições, costumes entre outras coisas nos direciona para um caminho de novas descobertas, sobre o movimento operário. As associações mútuas possibilitam aos trabalhadores a participar diretamente na sua construção de valorização e de sua existência a procura da dignidade humana perante a sociedade (NOMELINI, 2010, p. 143).

As sociedades mútuas podem ser classificadas pela historiografia de uma forma heterogênea. Autores como Paula Christina Bin Nomelini (2010) definem essas sociedades da seguinte maneira:

A principal dificuldade é estabelecer uma definição para as sociedades mutualistas. Frequentemente, são descritas como “entidades que mediante contribuições mensais asseguravam aos sócios serviços previdenciários como tratamento médico, auxílio a doentes, inválidos, velhos e viúvas”. Além disso, apresentam outros benefícios, tais como, festas, jogos, bailes, bibliotecas e palestras. As sociedades de socorros mútuos não são apenas sociedades operárias, podendo ser organizadas pela Igreja, por empresas, por bairros, por etnia ou por critérios mais amplos, impondo restrições de ordem política, moral e religiosa para o ingresso. Nesse sentido, os recursos à filantropia e ao mutualismo podem ser lidos (NOMELINI, 2010, p. 144).

Outro ponto de vista sobre essas sociedades são as características das classes sociais dos participantes, como descreve Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (2009):

Fazem parte do debate sobre o mutualismo as teses que alegam ter sido o movimento composto não por trabalhadores pobres, mas pela “aristocracia operária”. Ademais, sabe-se que alguns indivíduos bem aquinhoados poderiam compor uma mutual, embora não se constituíssem na maioria de seus sócios. A despeito de tais ponderações, é inegável que o movimento associativo mutualista foi composto, sobretudo, por trabalhadores – assalariados ou não – que por não serem ricos, precisavam garantir a sua sobrevivência e a de seus familiares em momentos de infortúnio. Dessa forma, as mutuais recrutaram seus sócios preferencialmente entre os trabalhadores humildes, que não fossem totalmente destituídos ou marginalizados, mas que delas necessitassem, por não disporem nem da proteção do Estado nem de riquezas acumuladas. Na ausência das mutuais, só lhes restaria a caridade alheia (VISCARDI, 2009, p. 294).

De certo modo, as mútuas são um mecanismo de superação das dificuldades que muito dos trabalhadores passavam, ou seja, essas sociedades possibilitavam a sobrevivência de muitos. Utilizando dessas mútuas os trabalhadores tinham acesso à melhoria de condições de vida, como estudo, saúde e previdência, complementando sua renda e diminuindo a exclusão social, na medida em que tais sociedades ofereciam espaços de formação de uma cultura cívica e, eventualmente, de participação política (VISCARDI, 2009, p. 294).

As características de sobrevivência e assistencialismo para pessoas desvalidas da sociedade vão direcionar para certa imprecisão conceitual sobre definição das características das sociedades mútuas, como vemos em Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (2009):

A proximidade entre tais estratégias de sobrevivência levou grande parte de seus agentes a ter dificuldade no estabelecimento das fronteiras entre mutualismo e filantropia. Tanto no ocidente europeu como no Brasil, várias mutuais praticavam caridade, e os legisladores tiveram problemas em definir

as sociedades como de socorro mútuo, beneficentes, filantrópicas, seguradoras privadas com fins lucrativos, ou mesmo sindicais (VISCARDI, 2009, p. 294).

É importante destacar que as mútuas se diferenciam dos sindicatos, pois as mútuas não eram espaço de reivindicações da classe trabalhadora. Os estudos recentes também rompem com a ideia de que as mútuas antecedem os sindicatos brasileiros. Os trabalhadores procuravam nessas instituições proteção social (VISCARDI, 2010, p. 33). Mas é preciso alertar que não eram entidades passivas, também participavam das reivindicações trabalhistas de várias maneiras, direta ou indiretamente.

3.1.1 Mútuas no Brasil, Discussões e Apresentação de Dados

Nesse tópico vamos analisar as mútuas existentes no Brasil durante o momento em que os trabalhadores brasileiros sofriam com a falta de assistência do Estado para uma grande parte da população trabalhadora, ativa ou não, antes da consolidação da legislação trabalhista (CLT). Já foi mencionado aqui que a falta de legislações capazes de amparar a classe trabalhadora vai ser determinante para uma organização trabalhista até o surgimento de um Estado de Bem-Estar Social, trazido pela modernização do Brasil durante a década de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder executivo máximo do país.

Nessa monografia podemos entender um pouco mais sobre essas organizações Benéficas, através da documentação dos seus estatutos. Essa documentação abre um leque de possibilidades investigativas, possibilitando compreender a dinâmica das organizações mútuas e participação das mulheres dentro dessas sociedades beneficentes (CRUZ, 2015, p. 50).

Estatisticamente vamos trabalhar a distribuição das organizações das sociedades mútuas espalhadas pelo Brasil, seguindo as informações retiradas dos Anuários Estatísticos do IBGE, referente aos documentos Ano II (1936) e Ano VI (1941/1945). A sua distribuição geográfica nacional vai dar uma dimensão do tamanho do fenômeno mutualista no Brasil. A tabela abaixo mostra essa divisão das sociedades entre os anos de 1917 a 1942.

Tabela I: Quantitativo de Sociedades Mútuas no Brasil, entre os anos de 1917/1942.

UF	MÚTUAS EM 1917	MÚTUAS EM 1942
----	----------------	----------------

DF	816	-
AC	6	3
AL	57	49
AM	35	16
BA	165	87
CE	87	78
ES	19	17
GO	28	6
MA	73	18
MT	26	3
MG	790	105
PA	50	40
PB	39	20
PE	103	106
PR	81	43
PI	13	15
RJ	144	68
RN	37	11
RS	104	149
SC	52	-
SP	744	197
SE	36	17
TOTAL	3505	1048

Fonte: Elaboração própria, dados coletados dos Anuários Estatísticos - Ano II (1936), Ano VI (1941/1945).

Analisando a Tabela I, vamos observar um grande número de mútuas no ano de 1917 existentes nos país, isso se deve muito pela crescente organização de trabalhadores durante esse momento de formação da classe operária livre. Porém, é preciso um olhar crítico para as

disposições de dados sobre a existência dessas sociedades no Brasil, muitos dessas informações eram feitas por órgãos públicos, dessa forma poderia haver discordância e falta de precisão em seus dados, como descreve Adhemar Lourenço da Silva Jr (2004, p. 52):

Não se pode dizer que o Estado brasileiro primou pelo cuidado com o registro estatístico das sociedades de socorros mútuos. Na prática, consta que eram as províncias/estados que notificam o governo nacional sobre a existência de entidades em seu território, o que levaria a inexistência de um único critério de registro nacional.

Com suporte das análises de dados e revisões bibliográficas podemos identificar em qual região e em qual momento pode ser verificado o alto e baixo momento dessas mútuas no território brasileiro. Essa discussão é bem propícia para o entendimento de onde o Maranhão pode estar inserido nesse contexto nacional.

A Tabela I apresenta dois momentos referentes ao quantitativo das sociedades mútuas no Brasil. Primeiro, o ano de 1917, onde temos como presidente Venceslau Brás (1868 – 1966), oligarca mineiro inserido na política do Café com Leite, momento político onde a presidência do Brasil era partilhada entre os políticos paulistas e mineiros do partido Republicano. Durante esse período temos o crescimento da imigração de europeus fortalecendo pensamentos sindicais vindo da Europa. E no segundo momento será o ano de 1942, onde vamos ter o contexto do Estado Novo de Getúlio Vargas concentrando ainda mais poderes políticos, com reflexos em vários contextos sociais e econômicos.

Observando a tabela produzida podemos notar uma queda de 70,09% das associações brasileiras mutualistas em um intervalo de tempo de 25 anos, isso pode ser reflexo muito pela intervenção estatal dentro do mundo do trabalho, como descreve Adhemar Lourenço da Silva Jr (2004, p. 54), “seria a tendência a diminuir as mutuais com a consolidação da previdência estatal, mas não com o surgimento do sindicalismo em seu trabalho”. Os estados correspondentes à região do Nordeste apresentaram uma queda de 33,9% entre o ano de 1917 e 1942, em comparação com a região Sudeste composta pelos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que tiveram redução das mútuas em 77,19%, queda bem acentuada.

Nesse tópico conseguimos aprofundar um pouco mais a discussão sobre o mutualismo no âmbito nacional. O pesquisador Adhemar Lourenço da Silva Jr contribui para esse trabalho ao apresentar uma temática semelhante em seu trabalho intitulado *As sociedades de socorros*

mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940).

3.2 Sociedades Mutuárias no Maranhão

As Sociedades Mutualistas existentes no Maranhão não fugiram muito das preocupações das demais sociedades de assistência mútuas no Brasil. Nesse trabalho foram encontrados sete estatutos de Sociedades Mutualistas (Tabela II), com diversos objetivos, autodenominadas como auxílio mútuo, beneficentes e sociedades funerárias. Sociedades essas fundadas entre 1871 e 1928.

Tabela II: Primeiras Sociedades Mútuas do Maranhão (1871 a 1928)

NOME	FUNDAÇÃO	ESTATUTO APROVADO	CIDADE
Sociedade Militar do Maranhão	09/04/1871	04/06/1871	São Luís
Sociedade Beneficente São Luís	21/07/1887	05/05/1890	São Luís
Sociedade Beneficente 13 de maio	29/07/1888	13/05/1901	São Luís
Sociedade Funerária Ilimitada	25/12/1900	25/12/1900	São Luís
Sociedade Mutuária São Benedito	21/04/1901	21/04/1901	São Luís
União Operaria Maranhense	13/02/1919	13/02/1919	São Luís
Sociedade Mútua dos Funcionários do Estado	20/12/1928	20/12/1928	São Luís

Fonte: Estatutos das Sociedades mutualistas.

Sociedade Beneficente Militar do Maranhão, instalada na cidade de São Luís, no dia 09 de abril de 1871, tem por único fim, “socorrer com caridade cristã a pobreza evidenciada de qualquer dos seus sócios reduzindo em seu soldo por algum caso adventício independente de sua vontade, ou mesmo por falta absoluta de meios. Foi a sociedade mais antiga encontrada nessa pesquisa. Nessa sociedade existia 3 tipos de sócios, Efetivos, Benfeitores e Honorários.

Suas reuniões ocorriam no quartel do campo D’ Ourique do Maranhão. No dia 05 de agosto de 1871, sua comissão era composta pelo major João Capistrano de Aguiar Montaremos (presidente), Honorato Cândido Ferreira Caldas (1º secretário), capitão Gonçalo de Mattos Rocha (2º secretário), major Thiago (tesoureiro) e por João Luiz Tavares (procurador).

A *Sociedade Beneficente São Luiz*, com fundação no dia 21 de julho de 1887, tem sua sede na capital São Luís do Maranhão, é a segunda mais antiga encontrada nessa pesquisa. No

seu estatuto é descrito seus objetivos, “socorrer seus associados, quando enfermos, impossibilitados de trabalhar ou inválidos, garantindo-lhes as despesas do enterro”. (Sociedade Beneficente São Luiz, 1887, p. 03). Sua comissão no ano de 1890 era formada pelos membros Joaquim José Gonçalves Junior (presidente), Miguel Joaquim Ayres do Nascimento (vice-presidente), Alberto da Silva Fortuna (primeiro secretário), Manoel Rodrigues de Carvalho (Segundo secretário), Antônio Ribeiro de Mendonça (Tesoureiro), João Thomaz de Mello (Proc).

A *Sociedade Beneficente 13 de Maio* foi fundada em 29 de julho de 1888 no Maranhão, tinha como finalidade: “Art.2º- socorrer seus associados em caso de moléstia que os impossibilite de trabalhar, de conformidade com presentes estatutos” (Sociedade Beneficente 13 de Maio, 1901, p. 03). Sua comissão em 1901 era composta pelos membros Jose Tomaz dos Santos, Sereapião Angelo de Azevedo, Joaquim de Sant' Anna Reis, Antonio Soares da Silva e Antonio Carlos de Araújo Franco.

Dentro do que se descreve por sociedades Mutualistas temos também a *Sociedade Mutuária Irmandade Glorioso São Benedito*, fundada em 1901 em São Luís do Maranhão, com suas reuniões sendo feitas em uma escola pública do terceiro distrito na Rua do Sol. Sua comissão era formada por Marcellino Rodrigues da Silva Nunes (presidente), Horácio Cantídio Lobão (primeiro secretário) e por João Cantídio Ribeiro (tesoureiro). A Irmandade Glorioso São Benedito tinha como característica a presença de negros entre os seus associados.

A Sociedade Mutuária São Benedito, pelo seu nome, pela origem vinda de uma irmandade, e localização, leva a crer a presença de negros e negras. O mutualismo no Brasil fora de extrema importância na formação, difusão e discussão da identidade dos trabalhadores, essa identidade vem a República com fortes raízes em um “passado” escravista como já pontuado, esse passado traz a exclusão e a coisificação do negro mesmo em uma sociedade regida pela remuneração para o trabalho (SILVA JUNIOR, 2018, p. 24).

A *Sociedade Mútua dos Funcionários do Estado*, era uma sociedade feita para o funcionalismo público do Maranhão no final da década de 1920, era exclusivamente composta por funcionários públicos, como é descrito no Art 26º: Poderão fazer parte da sociedade funcionários federais e do município da capital que o requererem e forem admitidos na forma destes estatutos (Sociedade Mútua dos Funcionários do Estado, 1928, p. 10).

Além disso, seu estatuto foi aprovado na cidade de São Luís do Maranhão em 20 de dezembro de 1928. Sua comissão era composta por Henrique José Couto (presidente), De.

Brasílio Torreão Franco de Sá (vice-presidente), José de Ribamar Pinheiro (1º secretário), Marcellino Nina Perdigão (2º secretário), e Raphael Ferreira (tesoureiro).

Uma outra prática mutualista existente no Maranhão era de sociedades funerárias como a *Funerária Ilimitada*, instalada no dia 25 de dezembro de 1900 em São Luís. Seus objetivos são descritos no seu Artigo 4º: “A Sociedade tem por fim único proporcionar aos doadores, legatários ou herdeiros do sócio que falecer um pecúlio certo”. Sua diretoria era composta pelo presidente Virissimo José d' Azevedo e Silva, primeiro secretário Tranquedo dos Passos Cordeiros e o tesoureiro Albano Mendes da Silva.

A *União Operária Maranhense* foi fundada em São Luís no dia 13 de maio de 1918, e sua instalação ocorreu no dia 13 de fevereiro de 1919, nomeada como instituição funerária. Seus objetivos e fins estão descritos no Art. 2º:

A união operária maranhense, tem por fim congregar todo operário em geral, fazendo o possível para realizar o bem-estar da classe, defendendo os seus direitos, e na mais perfeita solidariedade incentivar o aperfeiçoamento moral e cívico dos sócios pelo cumprimento de seus deveres (Sociedade Funerária União Operária Maranhense, 1918, p. 01).

3.2.1 Mulheres nas Sociedades Mútuas do Maranhão

Analisando os estatutos das sociedades mútuas encontrados nesta pesquisa, vamos perceber a relação de luta por parte das trabalhadoras por participação e igualdade de direitos, utilizando as sociedades como base desse processo de participação, mesmo não sendo comum a presença feminina (SILVA JUNIOR, 2018, p. 21). Nos estatutos veremos como era tratada a questão das adesões de sócios de ambos os sexos. Vejamos abaixo alguns desses estatutos.

Art. 1.º A sociedade Mutuaria anexa á irmandade do Glorioso São Benedito é a congregação de todas as pessoas de ambos os sexos que ela quiserem pertencer devendo ser irmão do Santo (Sociedade Mutuaria São Benedito, 1901, p. 03).

Art. 4.º Poderão pertencer a esta sociedade pessoas de ambos os sexos, nacionais e estrangeiros, que gozem de boa conduta e que nunca tenham sido julgados em juízo e condenados (Sociedade Beneficente 13 de Maio, 1901, p. 03).

Art. 1.º Fica desde já criada nessa cidade de São Luís do Maranhão, a sociedade Funerária Ilimitada, a qual se comporá de pessoas de ambos os sexos, nacionais e estrangeiros, de vida e profissão honestas, que assegurem como fundadores até o dia instalação no livro de inscrição e mais das que

forem posteriormente admitidas que terão o título de sócios efetivos (Sociedade Funerária Ilimitada, 1900, p. 03).

Art. 2.º A sociedade compõe-se de ilimitado número de sócios sem distinção de nacionalidades; e de conformidade com os presentes Estatutos, podem fazer parte dela senhoras, reconhecidamente honesta (Sociedade Beneficente São Luiz, 1890, p. 03).

Art. 4.º Poderão fazer parte desta sociedade as pessoas de ambos os sexos, de bons costumes e comportamento; sem distinção de classe, nacionalidade ou credos religiosos (Sociedade Funerária União Operária Maranhense, 1918, p. 01).

Art. 16.º Poderão fazer parte da sociedade, uma vez que não tenham idade superior a 50 anos:

(a) As esposas dos associados;

(b) Os maridos das associadas

(Sociedade Mútua dos Funcionários do Estado, 1928, p. 08).

É notório a participação feminina em muitas dessas sociedades de auxílio mútuo no Maranhão. A grande presença de mulheres nas fábricas têxteis e a falta de direitos e de igualdades salariais explicam a presença de um número significativo de mulheres nas associações mutuárias, como explica Leônidas Freire Silva Júnior (2018, p.22).

A região entre São Luís, Parnaíba, Teresina e Caxias, estava no início do século XX, com forte presença de mulheres trabalhadoras nas fábricas, principalmente de fiação, e também na indústria do extrativismo. Os salários menores, e a possibilidade de emprego de meninas órfãs como denunciavam os jornais operários, fazia com que a classe trabalhadora tivesse uma presença feminina igual ou até mesmo maior que a masculina.

Das setes sociedades mútuas aqui encontradas nesta pesquisa, seis vão tratar nos seus respectivos estatutos sobre a adoção de sócios de ambos os sexos, e a preocupação com a mulher e a família do sócio. Mas “não são todas as associações Mutualistas do período que abrem espaço em seus estatutos para as mulheres” (SILVA JUNIOR, 2018, p. 23).

As mulheres podem ter participação tanto como sócias como também de relação de dependência e primeira beneficiária do marido, como no estatuto da *Sociedade Mutuária São Benedito*.

Art. 36. São herdeiros dos sócios na falta dos doados ou legatários:

1º. Os viúvos ou viúvas.

2º. Os descendentes.

3º. Os ascendentes.

4º. Os irmãos de ambos os sexos (Sociedade Mutuária São Benedito, 1901, p. 11).

Outra característica bastante presente nessas mútuas no Maranhão é a diversidade das profissões dos associados. Essas entidades têm grande variedade de profissionais de diversas áreas, levando as mesmas a ficarem ainda mais resistentes ao longo dos anos. O forte passado escravista afetava diretamente as relações e formações de trabalho, precarizando as profissões, já que era bastante comum a desvalorização das profissões, levando a população a procurar meios de sobrevivência, e as uniões associativas ajudou a assegurar uma certa valorização profissional (SILVA JUNIOR, 2018, p. 23).

Analisando a participação feminina nessas mútuas encontradas no Maranhão vamos ver certa participação e preocupação desse público. Mesmo com a relação de dependência masculina, se tem pelo menos uma brecha para que haja uma introdução das mulheres nessas mútuas.

3.2.2 Sociedade Beneficente Maranhense

As associações Mútuas maranhenses não tiveram a exclusividade de estarem todas no território do Estado do Maranhão. Vamos abordar aqui a *Sociedade Beneficente Maranhense*, fundada em 15 de agosto de 1897, com sua sede e funcionamento na capital do país da época, o Rio de Janeiro. Essa sociedade beneficente em especial vai ser tratada aqui como uma oportunidade de estudar a dinâmica de uma sociedade beneficente para maranhenses que viviam em outro estado do país.

A *Sociedade Beneficente Maranhense* tinha a finalidade de prestar benefícios pecuniários aos maranhenses que se encontravam nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói. As assistências consistiam da seguinte maneira, vejamos abaixo:

1º- para sua manutenção até três meses;

2º- para tratamento de saúde;

3º- para repatriação ao Estado do Maranhão. (SOCIEDADE BENEFICENTE MARANHENSE, 1897, p. 03).

Os beneficiados pelas benfeitorias em questão eram as viúvas e filhos menores de idade dos sócios, mesmo não sendo maranhense na maioria dos casos (SOCIEDADE BENEFICENTE MARANHENSE, 1897, p. 03). A determinação de repatriamento do sócio ficava a critério da viúva, e os filhos dos sócios falecidos recebiam assistência em estudo primário, como é apresentado no seu estatuto.

Apesar de ser de número ilimitado de sócios, essa associação mútua seguia, como em outras, alguns critérios para adesão de sócios. Rafael Almeida Cruz (2015, p. 55), em seu estudo sobre *Associações Mutualistas e o Mundo do Trabalho: os trabalhadores e suas organizações no Rio de Janeiro (1861-1882)* descreve que “como eram organizações que tinham como elemento agregador uma atividade específica, o objetivo era restringir o acesso a associação aos seus praticantes, revelando uma identidade por ofício”. Na *Sociedade Beneficente Maranhense*, temos a exclusividade de ser maranhense ou filho de maranhenses, sendo que poderiam participar sócios de diversas profissões, como por exemplo Dr. Joaquim Mariano Bayma do Lago, 2º Tenente Antônio de Castro Pereira Rego, Engenheiro Luiz Olympio Guillon Ribeiro (SOCIEDADE BENEFICENTE MARANHENSE, 1897, p. 28).

A seguir veremos alguns deveres e direitos dos sócios da *Sociedade Beneficente Maranhense*:

Art. 5.º Os sócios serão em número ilimitado e de duas categorias: efetivos e correspondentes.

Art. 6.º São condições para ser sócio efetivo:

1.º Ter qualquer dos requisitos seguintes:

- a) Ser natural do Estado do Maranhão;
- b) Ser ou ter sido casado com maranhense;
- c) Ser filho de maranhense;
- d) Ter algum filho nascido no Estado do Maranhão

2º Ser maior de 16 anos.

3º Residir na Capital Federal ou em Nietheroy.

Art. 7.º São sócios correspondentes os que não residindo na Capital Federal ou em Nietheroy se acharem nas condições do artigo anterior (SOCIEDADE BENEFICENTE MARANHENSE, 1897, p. 04/05).

A presente pesquisa apresenta semelhança com os trabalhos de Viscardi (2010) e Nomelini (2010) sobre a relevância em estudar essas associações para entendermos o desenvolvimento da classe trabalhadora antes mesmo do desenvolvimento de uma previdência que possibilitasse a assistência aos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. O aumento de pesquisas nessa área vem crescendo e proporcionando releitura e descobertas de novas fontes.

Em alguns estudos sobre sociedades beneficentes em outros lugares do país vemos a dificuldade em encontrar estudos sobre sociedades mútuas fora das capitais dos estados (NOMELINI, 2010, p. 143). Encontrar uma sociedade como a *Sociedade Beneficente Maranhense*, com essas características, nos faz pensar como as associações mútuas fazem parte de um processo que vai além da perspectiva do trabalho e como essas pessoas se afirmaram como protagonista da sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, é preciso lembrar que uma das principais justificativas para a construção desta monografia consistiu-se em diminuir a diferença de quantidade de pesquisas entre o norte e o sul do país sobre a temática do Mutualismo, principalmente das associações da Região Norte/Nordeste. Assim, essa pesquisa possibilitou o aumento de trabalhos em nossa região.

Podemos deduzir que a formação operária moderna brasileira durante o período republicano foi sem dúvidas uma significativa amostra das mudanças sociais que boa parte da população brasileira da época sofreu, mesmo que de forma gradual. Os novos agentes que estavam no poder articularam modificações nos processos de produção de capital no país. A imigração de diversas pessoas, principalmente vindas da Europa, demonstrou o caráter e a preocupação do Estado em “branquear” a população. Por meio dele, houve também por muito tempo a ideia da “transição” da mão de obra escrava para a livre, colocando de lado os trabalhadores negros que de forma compulsória exerciam trabalhos que movimentaram a economia brasileira por várias décadas.

O processo de sindicalização ocorrido no Maranhão nos anos finais da Primeira República nos direciona a uma análise de que havia luta por parte desses trabalhadores para melhoria de vida. O associativismo possibilitou o aumento da organização do proletariado brasileiro e sua participação nas lutas por direitos básicos.

O crescimento do número de sindicatos e associações profissionais durante as primeiras décadas do século XX desmonta a formação de um Estado mais industrializado. Entretanto, uma das justificativas para a diminuição de associações mútuas nos anos seguintes consiste no advento das consolidações de leis trabalhistas durante o primeiro governo de Getúlio Vargas.

A análise dos estatutos das associações mútuas maranhenses resume a complexidade que representou essas entidades para milhares de trabalhadores(as) maranhenses, entre a sobrevivência e a vida em um momento delicado, vivenciado tamanha transformação social durante a Primeira República.

Ao observar as mudanças ocorridas na sociedade brasileira em relação às associações mútuas e as relações culturais e sociais mantidas nessas associações, o que se pode apontar é

que no mundo associativo havia muito mais do que trabalho. As dificuldades enfrentadas inferem relações fortemente firmadas e entrelaçadas nas almas desses associados(as).

Nessa pesquisa, tivemos a oportunidade de analisar as sociedades mútuas através dos seus estatutos, pelos quais podemos entender um pouco sobre suas dinâmicas associativas; por exemplo: poderiam associar-se pessoas de ambos os sexos. Faz-se necessário um destaque especial à variedade de associações aqui presentes e sua fundamental importância para a dinâmica de vida de milhares de brasileiros e brasileiras, trabalhadores e trabalhadoras. Sociedades beneficentes e irmandades, podendo o associado(a) pertencer a vários seguimentos de trabalhos.

As associações encontradas nessa pesquisa, em especial a *Sociedade Mutuária São Benedito (1901)*, com sede na cidade de São Luís, demonstram o Associativismo Negro, já que grande maioria dos seus associados eram negros e devotos do santo católico São Benedito. Outro fator que podemos destacar em nossa pesquisa é que as mútuas maranhenses não se restringiam ao Estado. Maranhenses que residiam no Estado do Rio de Janeiro também se preocupavam em proteger-se contra as mazelas existentes na vida enfrentada em outros lugares.

Esses trabalhadores e trabalhadoras sempre estarão na lembrança de quem luta por igualdade e fraternidade. Vale também ressaltar que as documentações encontradas foram catalogadas e analisadas, de maneira que possam contribuir para futuras pesquisas dentro e fora do meio acadêmico.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

Estatutos de Sociedades Mútuas:

- Sociedade B. 13 de Maio (1888).
- Sociedade Beneficente Maranhense (1897).
- Sociedade Beneficente São Benedito (1901).
- Sociedade Beneficente São Luiz (1890).
- Sociedade Funerária Ilimitada (1900).
- Sociedade Militar do Maranhão (1871).
- Sociedade Mútua dos Funcionários do Estado do Estado (1928).
- União dos Sapateiros (1927).
- União dos Trabalhadores das Capatazias do Estado (1929).
- União Operaria Maranhense (1919).

Estatutos das Associações Profissionais:

- Associação dos Professores Normalista do Maranhão (1931).
- Associação dos Proprietários de S. Luiz (1931).

Legislações:

- Decreto Nº 21.417, DE 17 DE MAIO DE 1932.
- Decreto Nº 4.682 DE 24 DE JANEIRO DE 1923.
- Anuários Estatísticos:
- Anuário Estatístico do Brasil Ano II – 1936.
- Anuário Estatístico do Brasil Ano VI – 1941/1945.

BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Representação das associações profissionais no Brasil: o debate dos anos 1930. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 22, p. 119-133. Junho, 2004.
- CARVALHO, Natalia Salema de. *Novos paradigmas das previdências pública e privada*. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- COGGIOLA, Osvaldo. Origens da classe operaria no Brasil. *Hic Rhodus. Crisis capitalista, polémica y controversias*, São Paulo, n. 19, dezembro, 2020.

- CRUZ, Rafael Almeida. *As Associações Mutualistas e o mundo do trabalho: os trabalhadores e suas organizações no Rio de Janeiro (1861-1882)*. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, Rio de Janeiro, 2015.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. 2ª edição. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2016.
- FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.
- GOETTERT, Jones Dari. *Introdução à história do movimento sindical*. 3º ed. Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014.
- IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Rio de Janeiro, IBGE, 2007. 232 p.
- LARA, Sílvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto história: revista do programa de estudos pós-graduados de história*, v. 16, São Paulo, Fevereiro, 1998.
- LIMA, Fábio Souza. A História por trás da Origem do Uniforme Azul e Branco das Normalistas do Rio de Janeiro. *Revista Aleph*, n. 31, dezembro, 2018.
- MATEUS, João Gabriel da Fonseca. O Sindicalismo Revolucionário Como Estratégia Dos Congressos Operários (1906, 1913, 1920). *Revista Enfrentamento*, v. 7, n. 12, São Paulo, 2012.
- NOMELINI, Paula Christina Bin. Mutualismo em Campinas no início do século XX: possibilidades para o estudo dos trabalhadores. *Revista Mundos do Trabalho*, Campinas, v. 2, n. 4, pág. 143-173, agosto/dezembro 2010.
- PIROTTA, Wilson Ricardo Buquetti; PIROTTA, Kátia Cibelle Machado. *O impacto da flexibilização das leis trabalhistas sobre as condições de trabalho da mulher*. Anais do III encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, p. 1-19. 2016.
- SILVA JR, Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas*. 2004. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Grande Sul Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2004.
- SILVA JÚNIOR, Leônidas Freire. *Subalternos organizados: mutualismo operário e trabalhadores no Meio-Norte (1900-1922)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói 2018.
- SILVA, Robson Santos Câmara. *O sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato*. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- SILVA, Robson Santos Câmara. O sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: gênese, lutas e desenvolvimento. In: _____. *Sindicalismo em educação e relações de trabalho. Uma visão internacional*. Brasília: Paralelo 15, 2015. p. 91 – 110.

VENANCIO, Giselle Martins. Lugar de mulher é... Na fábrica; Estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 34, n. 1, p. 175-200, 2001.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 291-315, outubro/dezembro 2009.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 4, p. 23-39, agosto/dezembro 2010.